

# A INCLUSÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Orientador: Marcos Pereira Coelho

Rafaela de Jesus da Silva<sup>1</sup>

---

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o papel da inclusão em relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), em destaque o grau leve. A intenção é demonstrar que a inclusão é importante no auxílio ao desenvolvimento integral da criança, promovendo interações sociais, apesar das dificuldades desses alunos. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico que tem na perspectiva da Teoria Histórico Cultural seu principal fundamento para a compreensão do desenvolvimento infantil. Concluiu-se que a inclusão de alunos com TEA em nível leve exige estratégias específicas e que promovam o desenvolvimento integral dessas crianças. As limitações orgânicas, de grau leve, não impossibilita a inclusão, mas, exigem que sejam utilizadas técnicas, estratégias e adaptações para que a educação inclusiva seja de fato e de direito efetivada. A não consideração desses aspectos pode limitar o desenvolvimento e, ao invés da inclusão, teremos apenas a integração desse público.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Desenvolvimento infantil. Autismo leve.

---

## 1 Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil, nos primeiros anos de vida. O transtorno é uma condição neurobiológica que interfere no desenvolvimento do indivíduo e compromete a interação e a comunicação social. Isso ocorre devido ao déficit na habilidade da fala e/ou linguagem, bem como a existência de um comportamento e interesses restritos, repetitivos e inflexíveis.

Segundo BRITES (2019, p. 27), as primeiras descrições sobre o autismo surgiram em textos folclóricos e contos de fada, onde haveria o rapto da criança e posteriormente seria deixada outra com personalidade totalmente diferente no lugar. Já ao final do século XVIII, as crianças com comportamentos atípicos passaram a ser observadas por médicos, clínicos e pedagogos. E, até a década de 1960, segundo VALENTE (2020, p. 91-92), o autismo se manteve como transtorno relacionado aos problemas na formação de vínculo afetivo com a família. Os pais eram

---

<sup>1</sup>Graduada Rafaela de Jesus da Silva, em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM.  
Rafaela03jesus@gmail.com

responsabilizados pelas anomalias apresentadas, justificando como falta de suporte afetivo à criança em seus primeiros anos de vida.

Godoi e Cirino (2021, p. 3), destacam que com a visibilidade que é dada, na contemporaneamente, aos autistas, a questão da educação e aprendizado destes alunos se tornaram centrais nas discussões. Além disso, o déficit de profissionais capacitados para atender a demanda desta população passou a ser questionado, bem como a necessidade de se pensar técnicas e metodologias específicas para a promoção do desenvolvimento das crianças. Isso se deu em um momento em que a educação inclusiva, a partir dos anos de 1990, passou a ser internacionalmente defendida.

Para os autores, a necessidade de uma educação inclusiva, não está restrita a alunos com alguma deficiência. É preciso observar os alunos e identificar neles ritmos diversos de aprendizado e tentar, sempre que possível, ajustar as estratégias de ensino, para que estes alunos também sejam incluídos, (GODOI; CIRINO; 2021, p. 8).

O caminho percorrido para o estudo e trabalho foi pautado na metodologia da pesquisa bibliográfica, do qual utilizou-se de levantamento de dados a partir de pesquisas em livros, publicações periódicas, artigos científicos, impressos diversos e ou ainda textos extraídos da internet. Vergara (2006, p. 48), afirma que esse tipo de pesquisa “fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma”, ou seja, uma pesquisa bibliográfica pode anteceder outra, como a descritiva ou explicativa, valendo-se de um aprofundamento na área (ou no tema) que se deseja pesquisar. Dalberio e Dalberio (2009) destacam que pesquisas bibliográficas tendem a ser mais econômicas e mais viáveis, permitindo ao pesquisador uma amplitude de fontes. Porém, os mesmos autores alertam que:

O pesquisador deve tomar cuidado com a fidedignidade e validade científica das informações [sob o risco de] incorrer em possíveis incoerências e contradições causadas por material de baixa credibilidade. (DALBERIO e DALBERIO, 2009, p. 167).

Diante disto, o artigo propõe contextualizar os leitores quanto ao aumento dos diagnósticos do transtorno do espectro autista e fornecer elementos para a inclusão dessas crianças sempre que possível. Desse modo, nosso recorte procura focar na inclusão de alunos autistas com níveis leve e moderado, entendendo que uma educação inclusiva é fundamental para a promoção do desenvolvimento integral dessas crianças.

Para isso, inicialmente conceitualizamos o Transtorno do Espectro Autista e demonstramos como o entendimento dessa condição passou por mudanças no decorrer da história. Em seguida, tratamos do potencial de desenvolvimento dessas crianças numa perspectiva da teoria de Vygotsky, a Histórico – Cultural. Por fim, abordamos as possibilidades e a importância da inclusão das crianças do espectro autista para a promoção do desenvolvimento integral das mesmas.

## **2 Conceituando o Transtorno do Espectro Autista**

O Transtorno do Espectro Autista compõe o grupo de transtornos do neurodesenvolvimento ora denominadas Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs). Em seu conjunto, esses transtornos compartilham sintomas em três áreas específicas do desenvolvimento, são elas:

[...] (a) déficits de habilidades sociais, (b) déficits de habilidades comunicativas (verbais e não verbais) e (c) presença de comportamentos, interesses e/ou atividades restritos e repetitivos e estereotipadas. American Psychiatric Association [APA], (2008).

Para garantir um atendimento eficaz e de qualidade às pessoas com transtornos de neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista, é fundamental que os profissionais da área da saúde, educação, psicologia e afins estejam sempre se aperfeiçoando e se preparando para lidar com esses indivíduos. Esses transtornos apresentam características específicas que exigem um conhecimento aprofundado para a compreensão dos comportamentos, habilidades e necessidades dessas pessoas.

Nos últimos anos, tem sido comum o relato de pais que identificam dificuldades de socialização em seus filhos logo nos primeiros meses de vida. Estudos realizados em diversos países, como os Estados Unidos, têm mostrado um aumento significativo no diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista em crianças entre 3 a 4 anos de idade. No entanto, é importante destacar que o desenvolvimento de cada indivíduo pode ser relativo e apresentar variações, podendo ocorrer de forma tardia ou precoce, o que pode gerar dúvidas e incertezas.

Na verdade, a própria caracterização do Transtorno do Espectro Autista é relativamente recente. Conhecer como se deu esse processo é importante para entendermos as peculiaridades do transtorno. Nesse sentido, ao retrocedermos para os anos de 1940, podemos observar através de estudos que já havia crianças que

apresentavam regressão em seu desenvolvimento, como perda de interesse por pessoas e objetos ao seu redor, falta de afetividade, agressividade ao mudar a rotina, entre outros sintomas. Nessa época, as crianças eram rotuladas como anormais, loucas ou até mesmo retardadas.

Segundo Evêncio e Fernandes (2019), as famílias que tinham crianças com esse tipo de comportamento, muitas vezes não aceitavam o transtorno ou eram obrigadas a interná-las. E, quando as famílias optavam por cuidar da criança, eram também excluídas do convívio social e taxadas de problemáticas. Em vista disso, essas crianças eram frequentemente internadas em hospitais psiquiátricos ou, quando já mais velhas, eram colocadas em asilos. A sociedade na época tinha uma visão muito limitada e preconceituosa em relação às pessoas com transtornos de desenvolvimento, o que resultava em exclusão social e marginalização.

Ao longo do tempo, os termos utilizados pelos médicos para se referirem às crianças com deficiências ou transtornos eram extremamente desumanos e soavam como ofensas e xingamentos, tais como: débil-mental, demente, retardado, mentecapto, entre outros. Com o avanço dos estudos nessa área, esses termos foram sendo proibidos e excluídos da sociedade. Desse modo, a criança autista era rotulada por

Marcadas por causas orgânicas, pôr estigmas físicos, considerada incurável, questionada enquanto doença, a idiotia custou mais a adquirir essa visibilidade nosográfica da psiquiatria. Nem por isso deixou de ser, desde o início, assimilada à alienação e à doença mental, quer nos discursos, quer nas práticas de enclausuramento. É este ponto que nos interessa: a institucionalização de idiota pelo psiquiatra e que, por extensão, fez nascer no início do século XX a criança anormal. (LOBO, 1997, P 472).

Na década de 1940 a psiquiatria começou a introduzir a criança como investigação com o intuito de pensar as condições dessas crianças e seu possível desenvolvimento. Isso se iniciou com as pesquisas realizadas pelo médico psiquiatra Dr. Kenner<sup>2</sup>, dos Estados Unidos, que diagnosticava as crianças através de métodos e testes específicos, o que o levou a pensar cada transtorno dentro das suas peculiaridades. Isso possibilitou a criação de uma nomenclaturas próprias, de modo que assim, escreveu o pesquisador:

[...] chamaram-nos a atenção várias crianças cujo quadro difere tanto e tão peculiarmente de qualquer outro tipo conhecido até o momento que cada caso merece - e espero que venha a receber com o tempo - uma

consideração detalhada de suas peculiaridades fascinantes. (KANNER, 1997, p. 52).<sup>2</sup>

Durante grande parte do século XX, o autismo era frequentemente diagnosticado erroneamente como esquizofrenia, psicose ou deficiência intelectual. Isso se devia em parte à tendência das crianças com autismo de preferirem estar sozinhas e de lidar com a desorganização do pensamento. No entanto, à medida que os estudos avançavam, os pesquisadores começaram a perceber que cada criança autista tinha necessidades específicas. Assim, o conceito de autismo foi mudando, passando a ser caracterizado como uma dificuldade social e cognitiva, com problemas na socialização, raciocínio e atenção.

Em meados do ano de 1952, foi publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (AAP)<sup>3</sup> o primeiro manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, que passou a ser utilizado pelo mundo todo, classificando então grande parte dos transtornos. O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, possui cinco edições e a última foi publicada em 18 de maio de 2013, trazendo consigo grandes mudanças, indicando que os transtornos que existia nas edições anteriores sendo eles: transtorno de Asperger, transtorno de Autismo clássico, transtorno invasivo do desenvolvimento, transtorno desintegrado da infância e a síndrome de Rett, passaram a fazer parte de uma única nomenclatura.

O transtorno do espectro autista é resultado de uma combinação complexa de fatores, incluindo fatores genéticos e ambientais. A hereditariedade e a genética têm um papel importante, com alguns estudos sugerindo que o transtorno pode estar relacionado à idade avançada dos pais e a certas mutações genéticas. Além disso, o uso de medicações sem prescrição ou acompanhamento médico também pode ser um fator de risco. No entanto, não há evidências de que o transtorno esteja relacionado a traumas na infância ou à falta de pais presentes. O número de crianças diagnosticadas com autismo tem aumentado significativamente nas últimas décadas, com cerca de duas em cada mil crianças sendo diagnosticadas atualmente. Estatisticamente se sabe que:

---

<sup>2</sup>Kenner foi um psiquiatra autístico, morava nos Estados Unidos, nasceu na cidade de Klee Kotow no dia 13 de junho de 1894 e faleceu no dia 3 de abril de 1981.

<sup>3</sup>A Associação Americana de Psiquiatria, foi fundada em 1892, possuía 31 membros, quem deu origem a esta associação foi Benjamim Rush, Thomas Story Kirkbride, Pliny Earle entre outros, iniciou na cidade de Virgínia nos Estados Unidos.

Duas em cada mil crianças têm algum distúrbio autístico. Dessas, de 10% a 50% são portadoras do autismo infantil (a variação percentual decorre das diferentes formas de classificação da doença). A doença atinge aproximadamente 0,05% da população, e a ocorrência de novos casos é mais comum no sexo masculino, na razão de três homens para cada uma mulher afetada e a classe sócio-econômica, apesar de estudos mais antigos apoiarem essa teoria. (HENRIQUES, 2010).

O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta negativamente o progresso da criança, e os sintomas mais frequentemente observados incluem mudanças no comportamento, dificuldades na comunicação e na interação social. Atualmente, o autismo é caracterizado como um conjunto de transtornos que afetam as funções qualitativas envolvidas no desenvolvimento humano (Junnior; Cunha, 2010).

Durante o primeiro ano de vida de uma criança, é possível que ocorram algumas perdas no desenvolvimento, como por exemplo, dificuldades para se socializar e interagir com outras pessoas do ambiente em que vive, podendo ficar isolada em um canto. Além disso, pode haver falta de resposta aos sons e vozes, demonstrando maior interesse por objetos do que por pessoas, não atendendo quando chamada pelo nome, não gostando de ser tocada e de abraços, não sorrindo e apresentando incômodo com ruídos altos. Outro fator comum é a presença de distúrbios no sono.

Outro sintoma comum é a perda de habilidades da comunicação, ou seja, a criança tinha uma ótima comunicação e de uma hora para outra ela perde esta prática, também pode acontecer da criança ter dificuldade em pronunciar palavras ou até fazer repetições excessivas.

[...] a dificuldade de comunicação afeta a compreensão e a expressão, o gestual e a linguagem falada'. O indivíduo costuma repetir palavras ou frases (ecolalia), cometer erros de reversão pronominal (troca do 'você' pelo 'eu'), usar as palavras de maneira própria (idiossincrática), inverter palavras (neologismo), usar frases prontas e questionar repetitiva mentes. Os gestos são reproduzidos e pouco integrados ao que está sendo dito. Metade das crianças autistas desenvolvem uma fala compreensível até os 5 anos. (HENRIQUES, 2010).

A criança com TEA apresenta um bloqueio, e acaba evitando o contato visual, uma situação rotineira é quando ela cai e se machuca e não procura por conforto, muitas vezes não chora, está sempre conectada com "seu mundo". Os indivíduos que têm TEA sofrem muita com a questão de mudanças e se adaptam a uma vida de rotina, com horários para serem seguidos e lugares destinados. Neste sentido, uma criança que já tenha um programa rotineiro e que ocorre diariamente, o dia em que um detalhe sai do planejado, ela apresenta irritação, choro, agitação e desespero.

Além disso, apresenta, também, movimentos repetitivos como: rodopiar e abanar as mãos, procura sempre enfileirar e alinhar os brinquedos e objetos. Algumas crianças desenvolvem problemas de comportamento acompanhados de hiperatividade, podendo chegar a uma irritabilidade, medos intensos e fobias, além disso algumas crianças podem desencadear crises convulsivas, que geralmente acontecem entre os 11 a 14 anos. A citação abaixo nos ajuda a compreender essas peculiaridades comportamentais:

O autista geralmente apresenta resistência a mudanças, gosta de uma vida de rotinas, insiste em determinados movimentos, como, por exemplo, rodopiar e abanar as mãos. As brincadeiras preferidas são de ordenamento e alinhamento de objetos. Preocupam-se excessivamente com os horários restritos, fixos, por compromissos e determinadas atividades. Não são adeptos a brincadeiras de faz de conta. Quando ocorre este tipo de brincadeira limitam-se, por exemplo, a programas de TV favoritos. (SILVEIRA, 2015).

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), o transtorno do espectro autista possui três níveis de gravidade, sendo eles: leve, moderado e severo. A criança que é diagnosticada com nível leve apresenta dificuldade nas relações sociais e não necessita de tanto suporte, já no nível moderado a criança está sempre desviando o foco, tem dificuldade em mudar de ambiente e necessita de suporte em diversos momentos e, nas relações sociais, precisa de mediação. E por fim, a criança que apresenta nível severo, necessita de muito suporte, pois apresenta uma grande dificuldade na socialização, muitas vezes não tem comunicação verbal, extrema dificuldade com mudanças na rotina e prejuízo intelectual.

Portanto, assim que a criança começar a manifestar os primeiros sintomas, cabe aos pais procurarem ajuda médica para que assim possa ser investigado e diagnosticado se a criança possui o TEA, pois quanto mais cedo descobre o transtorno a criança pode obter melhores resultados em seu desenvolvimento. Dessa forma, para se ter o diagnóstico é necessário que a criança seja acompanhada por uma equipe multidisciplinar.

Conforme mencionado anteriormente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é dividido em três níveis distintos, e neste artigo, será enfatizado o grau leve do transtorno. É importante ressaltar que crianças com TEA leve podem ser diagnosticadas um pouco mais tarde, pois as suas características não correspondem plenamente às do autismo. Dessa forma, é possível que o diagnóstico seja fechado

somente após os cinco anos de idade. Entre as principais características apresentadas pelos indivíduos com TEA leve estão a dificuldade de socialização e comunicação, pouco contato visual, resistência a regras, comportamentos repetitivos e habilidade verbal normal, de modo que:

A distinção clínica baseia-se no tipo, na frequência e na intensidade do comportamento (p. ex., uma criança que diariamente alinha os objetos durante horas e sofre bastante quando algum deles é movimentado). (APA, 2014).

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - (DSM – V), destaca que na interação social a criança com autismo leve necessita de mediações para realizar algumas atividades, não consegue firmar uma conexão socioafetiva, ficando sozinho e se afastando dos indivíduos à sua volta, já ressaltava SILVA; GAIATO; REVELES, (2012). Neste nível, a criança precisa de um certo tempo para ser diagnosticada e enquanto isso não acontece as pessoas que apresentam o transtorno são chamadas de estranhas e diferentes por apresentarem comportamentos atípicos. Dessa forma, quanto mais cedo a família perceber os sinais do autismo leve e encaminhar a criança ao médico pediatra, melhor será tratada o transtorno, pois o diagnóstico tardio, pode comprometer ainda mais a criança, uma vez que:

O diagnóstico tardio ou a ausência do diagnóstico compromete, conseqüentemente, as intervenções necessárias ao desenvolvimento dos aspectos afetados pelo transtorno do espectro autista, que visam à qualidade de vida da pessoa portadora do autismo leve. Assim, uma avaliação e diagnóstico adequados são fundamentais para um melhor prognóstico. (SAMPAIO, 2021).

Portanto vale ressaltar que a percepção do autismo leve acontece no seio familiar, pois são as pessoas que mais convivem com as crianças desde o seu nascimento que irão identificar alguma característica de desenvolvimento, que seja diferente do convencional. Desse modo, qualquer sinal atípico em seu desenvolvimento, que não estão de acordo com sua faixa etária e que não estão prescritos na caderneta de saúde da criança, os familiares devem encaminhar para médicos especializados. Ademais, percebemos que ao longo que as famílias vão recebendo os laudos, os sentimentos dos mesmo é de alívio, pois descobriu a causa dos sintomas e consegue iniciar o tratamento correto, juntamente com a equipe multidisciplinar ( terapeutas, fonoaudióloga, psicóloga entre outros).



### **3 As representações da infância e a contribuição de Vygotsky para a compreensão do desenvolvimento da criança e promoção da inclusão.**

Na história do desenvolvimento infantil, a ideia de uma criança e seu processo de desenvolvimento tem evoluído e ganhado relevância ao longo do tempo. Enquanto no período medieval o conceito de infância era inexistente, de modo que a criança não tinha suas peculiaridades reconhecidas até os sete anos, aproximadamente, quando era iniciada no trabalho como um adulto em miniatura.

Segundo Ariès (1978) Apenas no Século XVIII a valorização da infância se tornou realidade, com a produção de obras voltadas à sua educação, como o “Emílio”, de Rousseau. Desse modo, para conquistar direitos e reconhecimento para as crianças, foram necessários processos de lutas e perseverança. Hoje, graças aos avanços nessa área, a infância é vista como um período fundamental para o desenvolvimento humano, e é valorizada como tal.

Por mais que não se pense, um dia todo adulto já foi criança, e precisou de atenção, bem como de estímulo, para se desenvolver e adquirir e aprimorar suas habilidades. O que reconhecemos como infância em tempos atuais, são consequências de mudanças que vêm ocorrendo tempo após tempo, considerando o contexto social, econômico, geográfico e até mesmo com as peculiaridades. Desse modo, se pode considerar que a história social da infância teve uma grande ruptura após um longo silêncio que foi rompido no Século XVIII. Desse modo:

[...] podemos compreender a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. (KUHLMANN E FERNANDES, p.15, 2004).

Nos enganamos quando generalizamos esse conceito a todas as crianças, afinal a idade cronológica não é suficiente para caracterizar a infância, cada sociedade tem seu próprio sistema de classes etárias que estão associadas a um sistema de *status* e de papéis desempenhados pelos indivíduos. Porém a construção social do conceito de infância, teve seu grande marco após os avanços dos estudos do pioneiro da temática Philippe Ariès , em sua obra *História Social da Criança e da Família*, de 1978, foi ele que trouxe uma visão diferenciada para os pequenos indivíduos.

O autor considera que a infância é uma categoria social recém construída na história. A sua consolidação impactou a forma como pensamos a educação e o desenvolvimento infantil. De fato, a partir da emergência da infância ouve uma

preocupação entre pensadores e da sociedade em geral, que passa a perceber a criança como um indivíduo social e peculiar. A família começa a ter preocupação com a saúde e a sua educação, reconhecendo a infância como um momento importante do desenvolvimento humano. Desse modo, é a partir desse longo contexto, iniciado no Século XVIII, que a criança se tornou objeto de preocupação e, entre os pensadores que se dedicaram a isso, temos o psicólogo russo Lev Semionovitch Vigotski (1896 – 1936).

A teoria Histórico-cultural, desenvolvida a partir das concepções de Vygotsky - um de seus principais representantes - enfoca o desenvolvimento psicológico da criança como um fenômeno histórico, intimamente relacionado às condições da organização social. Dessa forma, é fundamental considerar o lugar ocupado pela criança nas relações sociais e as condições históricas concretas em que seu desenvolvimento ocorre. Portanto, pensar o desenvolvimento das crianças e, particularmente das crianças autistas, significa pensá-las concretamente a partir do seu potencial, sem desconsiderar o meio em que as mesmas se desenvolvem. Meio este que, para este estudo, tem na educação inclusiva um ponto de apoio. Desse modo:

A Psicologia Histórico-Cultural, aborda o desenvolvimento psicológico da criança como fenômeno histórico intimamente ligado às condições objetivas da organização social, sendo fundamental a consideração do lugar ocupado pela criança nas relações sociais e as condições históricas concretas nas quais é desenvolvido o seu desenvolvimento. (PASQUALINI, 2009).

Vygotsky ainda afirma que o tal desenvolvimento não é construído por definições naturais, mas que necessita dos processos biológicos interligados ao desenvolvimento cultural, ou seja, a relação entre o plano biológico e o plano cultural. Para isso, destaca-se a necessidade de desenvolvimento das instâncias psíquicas superiores, tipicamente humanas. É necessário superar, sem ela prescindir, funções psicológicas elementares, como a atenção e memória involuntária e promover a atenção voluntária e a memória mediada.

De acordo com o autor, o desenvolvimento das características tipicamente humanas na criança é formado através do contexto com a sociedade e, principalmente, no ambiente escolar. e adquirindo conhecimento por meio da interação social e cultural, vale ressaltar que o conhecimento adquirido na infância é

utilizado ao longo da vida, Vygotsky ainda enfatiza que a criança é interativa, pois adquire os conhecimentos mediante as funções intra e interpessoais, a partir de um processo denominado mediação.

Para Vygotsky, toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes, em dois planos: primeiro no plano social (categoria intersíquica) e depois no psicológico (categoria intrapsíquica). (VYGOTSKY 1995).

A teoria de Vygotsky destaca três aspectos principais: o instrumental, o cultural e o histórico. O aspecto instrumental refere-se à capacidade do ser humano de interagir e vivenciar o mundo, diferenciando-o dos animais irracionais. É neste aspecto que a natureza se torna mediadora e direciona as funções psicológicas complexas que caracterizam o homem. Os processos mentais complexos se estruturam a partir da interação do indivíduo com o meio ambiente e com outras pessoas. A natureza não é vista como mediadora em si, mas sim como um elemento que influencia a forma como as funções psicológicas são desenvolvidas. Desse modo, destaca-se que o desenvolvimento humano é mediado pela cultura e pela história, e as funções psicológicas superiores - como a linguagem, o pensamento abstrato e a resolução de problemas - são adquiridas a partir da interação social e cultural do indivíduo.

Diante disso, as limitações de cunho neurológico que são próprias das crianças autistas não devem ser vistas com um fim em si mesmas. Para as crianças com autismo leve e moderado o trabalho deve se dar com a intenção de promover, apesar das dificuldades, o desenvolvimento por meio da interação sem desconsiderar as suas especificidades.

Vygotsky (1995), em muitos dos seus escritos, diz que o aspecto cultural está relacionado ao ambiente em que a criança nasceu e se desenvolve. Ocorre que, mesmo antes de adentrar ao espaço escolar, a criança não é um ser isolado, ela se desenvolve dentro dos aspectos culturais, adquirindo conhecimentos espontâneos que na escola servirão como ponto de partida para outras elaborações. É importante destacar que a criança vive em um ambiente repleto de atividades, que são essenciais para seu desenvolvimento humano. Desde muito cedo, a criança aprende que, para alcançar seus objetivos, precisa realizar tarefas e se esforçar para que elas se concretizem. Ela desenvolve, assim, uma noção de responsabilidade e autonomia, compreendendo que suas ações podem influenciar o mundo ao seu redor. Por isso, é fundamental proporcionar à criança um ambiente propício para a realização de atividades que estimulem seu desenvolvimento.

No caso das crianças típicas, esse processo ocorre sem dificuldades se o ambiente for acolhedor e agradável. Mas, quando tratamos de crianças autistas é necessário considerar que em seu ambiente esses sujeitos não encontram atividades específicas, adaptadas à sua condição. Nesse sentido, o papel da educação escolar inclusiva é fundamental, é ali que professores e especialistas devem pensar estratégias e criar condições para que as suas limitações sejam superadas. (SANTOS; RAMOS, 2021).

Por fim, Vygotsky destaca o aspecto histórico, que está intimamente ligado ao aspecto cultural. Esse processo de desenvolvimento é gradual e leva tempo e espaço para se consolidar. Para o autor, o brincar é uma atividade de extrema importância para o desenvolvimento infantil, já que por meio dele a criança explora a imaginação, desenvolve a autonomia e realiza diversas outras funções. Durante a brincadeira, a criança aprende a agir de forma cognitiva e se solta, explorando além do que já está acostumada. Segundo o autor, a brincadeira não precisa ser mediada o tempo todo, permitindo que a criança brinque sozinha e explore seus sentimentos e emoções, alcançando assim o prazer de brincar. Assim, Vygotsky ainda afirma que:

A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais. O primeiro paradoxo contido no brinquedo é que a criança opera com um significado alienado numa situação real. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço – ela faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer – e ao mesmo tempo, aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se a regras e, por conseguinte renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição a regras e a renúncia à ação impulsiva constitui o caminho para o prazer do brinquedo. (VYGOTSKY, 1998, p. 130).

De acordo com sua teoria, o que permite a compreensão do desenvolvimento das funções psicológicas superiores é a mediação, pois, a criança precisa sempre ser mediada tanto na sua relação com o mundo físico quanto com o mundo social, portanto essas mediações acontecem através dos instrumentos e dos símbolos, como por exemplo: usar objetos para contagem:

De acordo com Vygotsky, o desenvolvimento psicológico é caracterizado pela alternância de períodos relativamente longos e estáveis e de curtos períodos de crise. Enquanto nos períodos estáveis o desenvolvimento ocorre principalmente a partir de mudanças microscópicas da personalidade da criança acumuladas até determinado limite, se manifestando mais tarde como uma súbita formação qualitativamente nova, nos períodos críticos, mudanças bruscas e fundamentais na personalidade são produzidas em tempo relativamente curto, desembocando em uma reestruturação das necessidades e motivos da criança e de sua relação com o meio. (VYGOTSKY, 1996).

Desse modo, a Teoria Histórico Cultural, pensada por Vygotsky, pode ser uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças típicas e, também, autistas. Para isso, é necessário pensar políticas públicas e estratégias com o intuito de adaptar o processo de mediação com vistas a incluir no ambiente escolar as crianças com necessidades especiais decorrentes do autismo.

#### **4 A inclusão de crianças com TEA em escolas públicas**

Falar de educação, é ter ciência que se trata de um tema repleto de desafios. Quanto se trata de pensarmos a educação inclusiva esses desafios se tornam mais evidentes. Atualmente ouve-se muito a palavra inclusão, a necessidade de incluir todos os povos, gêneros e raças e crianças com necessidades especiais. Não por acaso, cada vez mais essa temática vem sendo desenvolvida dentro das instituições de ensino e nas pesquisas acadêmicas.

Segundo Lemos et. al. (2016), entende-se que a inclusão escolar esteja diretamente vinculada à atenção personalizada, ou seja, a forma diferenciada, de como lidar com alunos que tenham alguma deficiência ou transtorno, com o intuito de criar e oferecer oportunidades que favoreçam o desenvolvimento integral do indivíduo.

A dificuldade de incluir é um problema estrutural da nossa sociedade, que é pensada para as pessoas típicas. Observa-se que, muitas vezes, familiares e a própria equipe escolar acabam segregando crianças com necessidades especiais em salas específicas, limitando seu acesso a conteúdos superficiais e deixando de estimulá-las adequadamente. Apesar da importância da inclusão, a segregação ainda persiste em alguns casos. No entanto, houve um avanço significativo nas taxas de alunos incluídos em escolas regulares, inclusive em instituições privadas que antes eram mais relutantes em aceitar alunos com necessidades especiais.

Em 2014 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, trouxe dados que identificaram o aumento expressivo de matrículas escolares de crianças com autismo, tendo um salto de 23% em 2003, para 81%, em 2015, após esse salto, notas-se, que cada dia mais as matrículas com crianças com o Transtorno do Espectro Autista, vem se destacando e ganhando força, mostrando que todos têm o direito a uma educação igualitária, sem segregação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.[...]. (BRASIL,1988).

Deve-se compreender que a educação no território Brasileiro é direito de todos e dever do estado e das famílias. Fornecendo às crianças bem pequenas, pequenas e aos adolescentes, não devendo ser negado em hipótese e situação alguma.

Todas as crianças devem ter o direito à inclusão, mas quando separamos aquelas com deficiências físicas ou intelectuais em uma sala ou instituição específica, estamos promovendo inclusão ou segregação? Será que colocá-las em um ambiente isolado é benéfico ou prejudicial para o seu desenvolvimento completo? São questionamentos que devemos carregar diariamente, enquanto pedagogos, o pensamento de desenvolvimento humano deve ser o maior agente direcionador dentro da educação e excluir uma criança do convívio social interrompem seu desenvolvimento integral. Porém, entende-se que ainda há casos isolados, onde há necessidade de trabalhar individualmente, entendendo que ambos os caminhos são fundamentais para seu crescimento pessoal. Mas sempre que possível as crianças devem frequentar a sala comum e contar, também, com atendimento especializado em turno diferente.

Esses casos, ocorrem muitas vezes com os alunos que têm algum transtorno intelectual, como por exemplo do Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois, conforme o grau de diagnóstico, as formas de desenvolvimento são diferenciadas. Para esse público, lidar com situações cotidianas no ambiente escolar exige do professor atenção e cuidados peculiares. A dificuldade, por exemplo, em estar no meio de várias pessoas, e até mesmo se comunicar verbalmente não deve ser um impeditivo para a inclusão, mas requer cuidados, isso porque:

[...] as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud ZANON et al,2014, p.25).

Em tais circunstâncias, é responsabilidade do professor exercer sua função com habilidade e eficiência, buscando não apenas ter uma formação básica, mas também especializações que o capacitem a lidar com as particularidades desses indivíduos. É importante considerar competências técnicas e pessoais como requisitos essenciais a serem avaliados para a escolha do profissional mais adequado para trabalhar com crianças com autismo leve ou moderado. Nesse sentido, alguns cuidados são importantes e devem orientar o trabalho. A intenção é que tais estratégias possibilitam que essas crianças interajam e se desenvolvam, tais como as recomendações da publicação “Autismo e Realidade: manual para as escolas” e que foi adaptado para o artigo:

1 - Comunicação visual: muitas crianças com autismo são mais visuais do que auditivas, portanto, o uso de recursos visuais como imagens, gráficos e diagramas pode ajudá-las a entender melhor as informações apresentadas.

2 - Rotina estruturada: as crianças com autismo geralmente se beneficiam de rotinas estruturadas e previsíveis, com horários claros para cada atividade. Isso pode ajudá-las a se sentir mais seguras e confiantes em seu ambiente escolar.

3 - Reforços positivos: a utilização de reforços positivos, como elogios, recompensas e incentivos, pode ser uma maneira eficaz de motivar e encorajar as crianças com autismo a se envolver em atividades e comportamentos positivos.

4 - Aprendizagem interativa: as crianças com autismo podem se beneficiar da aprendizagem interativa, por meio de jogos educativos, atividades de grupo e brincadeiras estruturadas que envolvem interação com outras crianças.

5 - Comunicação clara e direta: os professores devem falar de maneira clara e direta, evitando termos figurativos ou expressões idiomáticas que possam ser confusas para as crianças com autismo.

6 - Uso de tecnologia assistiva: existem muitas tecnologias assistivas que podem ser utilizadas para apoiar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças com autismo, como aplicativos educativos, software de comunicação e jogos interativos.

7 - Adaptações curriculares: os professores devem ser flexíveis e adaptar o currículo de acordo com as necessidades individuais das crianças com autismo. Isso pode incluir ajustes no ritmo de ensino, no conteúdo ou na forma como a informação é apresentada.

Como dito nos estudos acima, sabemos que o Transtorno do Espectro Autista (TEA), possui três níveis diferentes sendo eles leve, moderado e severo, e em cada nível a criança apresenta sintomas distintos. Portanto vale ressaltar que a inclusão destas crianças, não é um trabalho simples e fácil, pois cada criança apresenta dificuldade diferentes, porém essas dificuldades podem ser superadas com a ajuda de um professor capacitado ou com o professor de apoio que também tenha domínio do assunto, os alunos autistas possuem todas as variações possíveis de inteligência, porém nem todos são aptos a inclusão escolar. Porque vale lembrar que não depende somente da família ou da criança e sim de uma série de condições da escola em que o aluno vai está inserido.

Desse modo de acordo com os paradigmas da educação o aluno autista pode e deve ser inserido na escola de ensino regular, diferente de antigamente em que as crianças com este transtorno eram marginalizados pela sociedade, porém sabemos que o aluno autista possui várias limitações e ao estudarmos os níveis sabemos que nem todos conseguem se adaptar a uma sala de inclusão, pois em algumas instituições de ensino não há adaptações que condiz com as características da criança . De acordo com os estudos, alunos de nível leve e moderado, conseguem se adaptar com mais facilidade e consegue se desenvolver em uma sala de inclusão onde tenha acompanhamento de um professor capacitado para atender as necessidades daquele aluno, porque entende-se que a maioria das crianças que apresentam o transtorno precisa de acompanhamento e mediação para realizar diversas atividades.

Portanto em alguns casos de nível severo onde os sintomas são mais graves, onde muitos não possuem nenhum tipo de fala, balbucio e não expressa nenhum tipo de sentimento, alguns ao ver pessoas diferentes entram em crises entre outros sintomas. Sendo assim, saliento que crianças que apresentam autismo de nível severo e possuem uma inteligência mais comprometida necessitam de outras escolas onde o aluno terá mais possibilidades em escolas especiais.

Por mais que pensamos no Transtorno do Espectro Autista como sendo um assunto que tem resquícios desde 1943, observamos que conforme os anos foram se passando o aumento foi significativo em todo mundo, e esse salto se deu dos anos 2000 em diante. As causas ainda não estão esclarecidas e os questionamentos vão desde o aumento de diagnósticos em razão das subnotificações que marcaram as décadas seguintes até o aumento, de fato, dos casos.



Com o intuito de conhecer esse público de maneira mais detalhada, em 2019 o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.861, que determinou a inclusão de dados com informações sobre pessoas com Transtorno do Espectro Autismo (TEA) no Censo de 2020, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O art. 17 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 17. Parágrafo único. Os censos demográficos realizados a partir de 2019 incluirão as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista, em consonância com o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2019).

O censo de 2020 foi adiado devido às mudanças decorrentes da pandemia, e à medida que ela progredia, percebeu-se que as condições dos autistas no Brasil poderia se deteriorar, considerando a situação social em que as pessoas estavam vivendo, assim como o convívio social limitado e com pouco estímulo.

Portanto concluímos que o sujeito que possui o Transtorno do Espectro Autista, de acordo com seu grau de comprometimento, tem a possibilidade de se incluir em uma escola de ensino regular, e em outros casos se desenvolverá melhor em escolas especializadas, podendo adquirir a comunicação verbal, interação social e outras diversas habilidades relacionadas, porém para que a criança autista se desenvolva desta forma depende da intensidade e da adequação do tratamento, o trabalho pode ser bastante satisfatório e o papel da escola é fundamental.

## **5 Conclusão**

O presente trabalho tem como tema “*a inclusão do transtorno espectro autista na educação infantil*”, que tem como principal objetivo compreender através de livros e artigos, o conceito do transtorno do espectro autista, além de analisar através de autores contemporâneos o desenvolvimento infantil entre o 1º ao 3º ano de vida, para que assim possamos entender o porquê a porcentagem de crianças com TEA vem se elevando tanto, justificando por meio de uma pesquisa bibliográfica, compreender como ocorre a inclusão de crianças com TEA em escolas públicas, considerando o aumento significativo dos últimos anos, esta pesquisa aprofundou nossos conhecimentos acerca do Transtorno do Espectro Autista e seus diferentes níveis.

De acordo com os estudos o *Transtorno do Espectro Autista* é definido por um distúrbio do neurodesenvolvimento e pode ser caracterizado por comportamentos atípicos como: rodopiar, enfileirar objetos, déficit na comunicação e na interação social, comportamento repetitivos entre outros. Segundo o autor Júnior Cunha (2010) o TEA é um conjunto de transtornos qualitativos de função envolvidas no desenvolvimento humano. Ainda nesse entendimento, Silveira (2015), afirma que o autista tem dificuldade com alterações de rotina, tendo sempre que seguir horários restritos em seus compromissos e atividades determinadas.

O desenvolvimento infantil segundo o autor Vygotsky, acontece de forma relativa, considerando las particularidades de cada criança, pois cada uma tem seu tempo para se desenvolver, para cada autor o desenvolvimento infantil é compreendido por meio de níveis, ou seja, uma idade, onde a criança atinge um nível de maturação, para seguir para fase seguinte.

Na perspectiva de Vygotsky o desenvolvimento infantil acontece por meio do contexto social no qual a mesma está inserida na sociedade, adquirindo conhecimento por meio da interação social e cultural, Vygotsky salienta que a criança adquire os conhecimentos mediante as funções intra e interpessoais. Mas ao compreender os níveis de desenvolvimento, fica mais visua observar as diferenças entre as crianças, e assim observar atentamente as que estão extremamente fora da variável proposta pelo autor, partindo dessa ideia, compreendemos que falar de inclusão não é algo tão simples, pois de acordo com os estudos realizados acima, percebemos que para se ter a inclusão a escola precisa ter todo um preparo de adaptação, capacitar os profissionais e adequar as proposta pedagógicas de acordo com as necessidades de cada criança.

Incluir um aluno autista em uma sala de ensino regular, não é exatamente tão simples quanto se parece, afinal um aluno com TEA, tem suas especificidades, e precisa de um ambiente previamente preparado para o recebê-lo e isso vale principalmente para as turmas regulares, além de ser imprevisível um profissional que o apoie, pois o mesmo irá enfrentar desafios.

Sendo assim, compreende-se que a pesquisa se tornou relevante para acadêmicos e academia, pois permite um olhar diferenciado e cuidadoso, para com os alunos diagnosticados ou pré-diagnosticados, concluímos que a pesquisa foi de suma importância e com os estudos conseguimos chegar até o objetivo desejado e entender como se dá a prática de inclusão e também perceber que incluir crianças

com autismo severo, não é algo tão simples, pois cada criança em seu nível de comprometimento tem suas particularidades.

Todavia conseguimos observar o quanto é prejudicial para a criança o diagnóstico tardio, podendo refletir em seu desenvolvimento como ser humano como também no ensino e aprendizagem. Entretanto foi perceptível através dos estudos como vem aumentando os casos de crianças com TEA como mostra a partir dos anos de 2014, ademais o salto também foi notório no período pós pandemia. Por fim concluo que o presente trabalho expõe resultados relevantes, que concluíram para a minha pesquisa, para que assim pudesse compreender melhor sobre a inclusão e o alto índice de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

## THE INCLUSION OF AUTISM SPECTRUM DISORDER IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

---

### ABSTRACT

This article aims to analyze the role of inclusion in relation to Autism Spectrum Disorder (ASD), especially the mild degree. The intention is to demonstrate that inclusion is important because it helps in the integral development of the child, promoting social contact. This research is of a bibliographic nature that is based on the contemporary author Vygotsky addressing the characteristics of child development. Thus, it concludes that this article brought contributions to the student and as well as to society, which through studies, managed to understand autism as well as inclusion and how the practice of this process occurs with support children 1, also understanding that it is not so simple to perform inclusion, because for it to happen so that there is integral development it is necessary to analyze the entire context of the child and the institution of teaching.

Key words: Autism. Inclusion. Child development. Mild autism.

---

### Referências

AMERICAN, Psychological Association. **História da APA**. Washington, 2008. Disponível em: <https://www.apa.org/about/apa/archives/apa-history>. Acesso em: 2 mar. 2023.

AMERICAN, Psychiatric Association. **DSM-IV-TR, manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

APA, American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2014.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**: Capítulo III, da educação, da cultura e do esporte. Brasília: [s. n.], 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 3.861, de 28 de junho de 2019. **LEI Nº 13.861, DE 18 DE JULHO DE 2019**. [S. l.], 18 jun. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13861.htm). Acesso em: 9 fev. 2023.

DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. B. **Metodologia científica: desafios e caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura; FERNANDES, George Pimentel. **História do Autismo: Compreensões Iniciais**. *Id on Line Rev.Mult. Psic.*, 2019, vol.13, n.47, p. 133-138. ISSN: 1981-1179.

GARCIA, Simone Carboni. **Objetos de Aprendizagem como Artefatos Mediadores da Construção do Conhecimento: Um Estudo com Base na Epistemologia Histórico-cultural**. Mediação. Instrumentos, Pelotas, 2011. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cursoobjetosaprendizagem/garcia\\_mediacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cursoobjetosaprendizagem/garcia_mediacao.pdf). Acesso em: 7 fev. 2023.

GODOI, L. I. F. G.; CIRINO, R. M. B. Inclusão do TEA (Transtorno do Espectro Autista). No ensino fundamental anos iniciais: Limites e possibilidades. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. p. 6 - 27, 2021. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/2136>. Acesso em: 2 maio. 2022.

HENRIQUES, S. Autismo. **Laboratório de Neurociência, IPq - Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP**. Disponível em: [www.neurociencias.org.br/pr/558/autismo/](http://www.neurociencias.org.br/pr/558/autismo/). Acesso em: 30 nov. 2010.

JÚNIOR, J.F.B.; CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.**

J, Rita; H, Stanley. **Autismo e a realidade: Manual para escola.** [S. l.]: Escola New York Center para o Autism Charter, 2008. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/Manual\\_para\\_as\\_Escolas.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/Manual_para_as_Escolas.pdf). Acesso em: 15 mar. 2023.

KENNER, L. **Os Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo.** In: ROCHA, P. S. (Org.). *Autismo.* São Paulo: Ed. Escuta; Recife: Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem, 1997.

KUHLMANN, Moysés Jr. FERNANDES, Rogério. **Sobre a história da infância.** In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil).* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOBO, L. F. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Tese de doutorado apresentada na universidade federal fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 1997.

Lemos, E. L, M. D. Salomão, M. N. R.; Aquino, F. S. B. Agripino Ramos, C. S. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Revista de Psicologia**, p. 351-361, 2016.

Pasqualini, J. C. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. **Psicologia em Estudo**, 14(1), 31-40. 2009.

Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778. *Emílio; ou, Da educação/ Jean-Jacques Rousseau: tradução de Sérgio Milliet, — 3. ed — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 592 p.*

SAMPAIO, Simaia. **100 questões comentadas em Psicopedagogia: da teoria à prática.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

SANTOS, V; RAMOS, P. **A inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista (tea) na perspectiva histórico-cultural.** Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/806>

SILVA, Ana B.; GAIATO, Mayra; REVELES, Leandro. **Mundo Singular - entenda o Autismo.** Rio de Janeiro: Editora Fontanar, 2012.

SILVA, Marcos; HISTÓRIA, Departamento; SERGIPE, Universidade. **PHILIPPE ARIËS: UM HISTORIADOR MARGINAL.** , [s. l.], p. 12, 18 dez. 2008. Disponível em: <http://sefarditas.net.br/textos/aries.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SILVEIRA , Andrea. **Autismo Infantil: Considerações sobre o Autismo.** 1 ed. ed. Curitiba: Appris, 2015. 83 p.

VALENTE, Nara Luiza. **O Direito à Saúde da Criança Autista: Da proteção social tradicional à emergência de uma proteção social pública estatal.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Vygotsky, L. S. **Obras escogidas( vol. III).** Madrid: Visor. 1995.

Vygotsky, L. S. **Obras escogidas (vol.IV).** Madrid: Visor, 1996.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZANON, Regina Basso. BACKES, Bárbara. BOSA, Cleonice Alves. **Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jan – Mar, 2014, Vol. 30 n. 1, pp. 25-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/04.pdf>>. Acesso em 14 de fev. 2017, 11h49min.